

Acolher em família: uma resposta para as crianças em perigo. Um projeto de investigação sobre o Acolhimento Familiar no Porto

*Paulo Delgado*¹

RESUMO: O objetivo essencial do Acolhimento Familiar, enquanto medida de proteção das crianças em perigo é afastá-las do perigo, garantir a sua recuperação física e psicológica e o seu desenvolvimento integral. O educador social é um agente de mudança na sociedade, o Acolhimento Familiar é um meio ou uma oportunidade de mudança da vida das crianças e das famílias nas suas comunidades. O projeto “O Acolhimento familiar no Distrito do Porto”, que descrevemos neste artigo, procura analisar, na área geográfica em estudo, os traços essenciais da medida, os atores que mobiliza, as diferentes fases e processos das colocações, o grau de satisfação que a experiência proporciona aos acolhedores e quais as implicações que a colocação acarreta para o desenvolvimento das crianças abrangidas. Este estudo adapta à realidade portuguesa a investigação desenvolvida por Del Valle, López, Montserrat e Bravo, intitulada *El Acogimiento Familiar en España. Una evaluación de resultados* (Del Valle, López, Montserrat & Bravo, 2008), e insere-se no âmbito de atuação do INED, o Centro de Investigação e Inovação em Educação, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. No distrito do Porto, a área geográfica abrangida pelo estudo, encontravam-se em acolhimento familiar, em 2011, mais de metade das colocações familiares de crianças em Portugal (289 num total de 553 crianças).

ABSTRACT: Foster Care essential goal is to remove children from danger, ensuring their physical and psychological recovery and their integral development. The social educator is an agent of social change in society, the Foster Family is a means or an opportunity to change the lives of children and families in their communities. The study ‘Foster Care in

¹ Instituto Politécnico do Porto.

Porto District', described in this paper, intends to analyze, in the geographical area under study, the essential features of Portuguese foster care, the participants that it mobilizes, the different stages, the degree of satisfaction that the experience provides and the implications that the placement brings to the comprised children's development.

This study adapted the research developed by Del Valle, López, Montserrat and Bravo in 2008, entitled 'El Acogimiento Familiar en España. Una evaluación de resultados', to Portuguese reality. The project is developed by INED, Centre for Research and Innovation in Education, of Escola Superior de Educação of Instituto Politécnico do Porto. In 2011, in the district of Porto, the geographical area covered by the study, were more than a half of children's family placements in foster care in Portugal (289 out of 553 children).

A família: um espaço de acolhimento

A experiência de vida num ambiente familiar estável e seguro associado à construção de novos vínculos e, sempre que possível, à manutenção dos laços afetivos que a criança transporta consigo do passado, podem ajudar à construção da resiliência e à recuperação física e psicológica das crianças, contribuindo para o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Cairns, 2006).

O Acolhimento Familiar proporciona um contexto familiar alternativo, quando o perigo torna a retirada da família biológica inevitável. Esta medida de colocação pode e deve ser, idealmente, um contexto de abertura, parceria e participação, numa experiência única de vida em família, preservando a relação com os pais e outros familiares (Amorós & Palacios, 2004; David, 2000).

O Acolhimento Familiar, enquanto medida de proteção de crianças em perigo, é decidido por via administrativa ou judicial. As entidades com competência para aplicar a medida são as comissões de proteção e os tribunais. Uma vez decretada, impõe-se o acompanhamento da situação da criança acolhida por uma autoridade pública, que poderá ser ou não a mesma que decretou a medida.

Após a integração da criança na família de acolhimento, e enquanto decorrer a estadia, a Equipa de Acolhimento competente tem a responsabilidade de suportar, ajudar, promover e avaliar a colocação, até ao momento em que cessa, seja qual for a causa da cessação. A medida não se esgota com a colocação, bem pelo contrário, e combina, no acompanhamento, o apoio com a avaliação (Schofield, Beek, Sargent, & Thoburn, 2000), procurando assegurar que se encontram reunidas,

junto dos acolhedores, as condições necessárias para um desenvolvimento adequado da criança, seguir a evolução da sua família biológica e analisar continuamente as condições ou pressupostos em que se baseia o projeto de vida para a criança. O acompanhamento não se pode resumir, pelo exposto, ao apoio prestado à família de acolhimento e à criança acolhida, deve incluir o trabalho direto com a família biológica, procurando incentivar as mudanças que são necessárias para a reunificação.

Schofield e Stevenson (2009) identificam duas responsabilidades essenciais no acolhimento: permitir que cada criança encontre um modo adequado para gerir as múltiplas relações familiares que caracterizam o seu presente, dando um sentido narrativo coerente ao seu passado, e trabalhar com a família biológica, de modo a viabilizar a melhor relação possível.

O acompanhamento adequado exige, deste modo, uma considerável percentagem do tempo de trabalho da equipa de Acolhimento, que não deve ser menosprezado (Cleaver, 1999). O seu primeiro passo é o de assegurar à família biológica que continuam a ser os pais da criança, apesar de não se ocuparem dela no quotidiano diário (David, 2000), e o de aproveitar e salientar as suas potencialidades ou pontos fortes, a base ou ponto de partida para o processo de recuperação (Amorós & Palacios, 2004). A família biológica constitui uma fonte de identidade. De acordo com as circunstâncias e a evolução de cada caso, é uma identidade que deve ser reafirmada, modificada ou da qual se deve desistir (Sinclair, 2005).

A pertença a duas famílias coloca problemas e dilemas que podem ser minorados ou mesmo resolvidos quando a criança acolhida não se sente constrangida a uma escolha exclusiva entre os dois espaços familiares. Quando são feitos esforços para criar um contacto positivo, a criança pode experimentar os aspetos mais positivos da sua família biológica e reforçar o seu sentimento de identidade, libertando-se do conflito de lealdade e do medo de perda. Beek e Schofield (2004) acrescentam àquele processo a oportunidade proporcionada à criança para discutir com os acolhedores as dificuldades da sua família biológica, na certeza de que não serão objeto de juízos de valor. Schofield e Stevenson (2009) sublinham a necessidade que a criança tem de conhecer as suas origens, base da identidade pessoal, a que somam a importância de compreender e dar um sentido aos acontecimentos do passado, que permitam seguir em frente, realçando ainda que

uma parte das crianças acabam por regressar, passados alguns meses ou muitos anos, ao seio da família biológica.

Para Triseliotis (2010), por sua vez, o contacto contínuo com a família biológica não prejudica o desenvolvimento da vinculação da criança com os seus novos acolhedores. Pelo contrário, uma atitude de desconfiança ou de recusa da parte dos acolhedores relativamente à família biológica pode criar na criança uma desconfortável sensação de vazio a separar os adultos mais importantes da sua vida (Triseliotis, Borland & Hill, 2000). Todavia, se o contacto expuser a criança a uma ansiedade extrema e a uma forte perturbação emocional, pode dificultar a vinculação com os acolhedores, essencial para assegurar integração segura e um desenvolvimento saudável (Schofield & Beek, 2006).

Waterhouse (1999) enumera um conjunto de fatores que, segundo os acolhedores, condicionam o resultado positivo ou negativo do contacto da criança com os seus pais. Os acolhedores que revelam a capacidade de aceitar incondicionalmente as crianças tal como elas são também tendem a demonstrar a mesma capacidade de aceitação relativamente à família biológica. Estes acolhedores, que conseguem aceitar e «encaixar» comportamentos e ideias contraditórias, transmitem às crianças acolhidas a certeza de que “as suas memórias confusas e sentimentos contraditórios sobre as suas famílias biológicas são válidos e compreensíveis” (Beek & Schofield, 2004, p. 227). Permitir que a criança exprima esses sentimentos complexos, ser capaz de escutar e de conversar sobre acontecimentos ou comportamentos, ajuda a criança a compreender a realidade da família biológica e das razões por que não podem no imediato viver com ela.

A todo o momento ocorrem mudanças nas famílias, na acolhedora e na de origem, ou não fossem estas sistemas. Quando a reunificação é possível, raramente as crianças regressam à mesma «constelação» familiar de onde saíram (Neil & Howe, 2004; Schofield & Stevenson, 2010). Cleaver (1999) refere por exemplo a chegada de um novo parceiro ou parceira, reconstituindo-se a família biológica, com eventual impacto nos esquemas de contacto combinados. O mero decurso dos meses ou anos, no caso do acolhimento familiar prolongado, muda, de forma mais ou menos subtil, o papel de acolhedores, da criança, da família biológica e da própria Equipa de Acolhimento. Esta última, por exemplo, pode ser um pouco marginalizada na tomada de certas decisões, particularmente quando existe uma boa comunicação com

os pais (Beek & Schofield, 2004). Estes últimos e restante família biológica podem por sua vez afastar-se da criança até terminar a relação. São alterações que determinam uma reflexão e avaliação sobre a continuidade da estadia, a sua alteração ou cessação, a aplicação de outra medida ou o regresso da criança a casa.

Em suma, as condições e a finalidade do acolhimento devem estar em contínua apreciação, o que obriga a uma comunicação permanente com os atores principais da medida, variável todavia, na quantidade e na regularidade, de acordo com a modalidade de acolhimento. O Acolhimento Familiar prolongado ou especializado requer inicialmente uma relação mais próxima e uma comunicação regular e contínua entre a Equipa de Acolhimento, os acolhedores e a criança, que tende, todavia, a diminuir, no tempo, quando a colocação estabiliza e os técnicos responsáveis acham preferível assumir um papel secundário. No acolhimento familiar de curta duração, de urgência, ou na utilização pontual do *respite care* o acompanhamento é necessariamente diferente, porque a preocupação essencial é definir a resposta que se segue. No caso do acolhimento na família alargada, a questão principal é a de garantir que o acompanhamento se faça, a bem da segurança de todos os implicados, pois o mero facto “de ter parentesco com a criança não é suficiente para dotar estas famílias das competências e dos recursos necessários” (Amorós, Palacios, Fuentes, León, & Mesas, 2003, p. 237).

O Acolhimento Familiar no distrito do Porto.

Génese do projeto

A aplicação prática da medida do acolhimento familiar tem sido objeto de algumas críticas na sua aplicação, tais como a escassa promoção da medida, a ausência de critérios de seleção específicos das pessoas envolvidas, a falta de prévia formação e de acompanhamento técnico (Delgado, 2010). Faltam, todavia, os projetos de investigação sobre o tema, sendo inclusivamente necessário recorrer a estudos desenvolvidos noutros sistemas para enquadrar conceptualmente a medida (Schofield, Beek, Sargent & Thoburn, 2000; Sellick, Thoburn & Philpot, 2004; Sinclair, Gibbs & Wilson, 2004; Sinclais, Wilson & Gibbs, 2005; Triseliotis *et al.*, 2000).

Os dados disponíveis são escassos (Instituto da Segurança Social, 2011) e não permitem determinar, em profundidade, como se desdobram e concretizam as diversas fases integradas no processo do Acolhimento Familiar, como são os atores desta medida de proteção, que obstáculos, que vantagens e desvantagens caracterizam a sua utilização.

A comunidade científica portuguesa tem privilegiado, na escassa investigação produzida no âmbito da proteção da infância, outras vertentes da intervenção socioeducativa, como a Adoção ou a problemática da violência. Para além dos trabalhos que nos têm ocupado (por exemplo, Delgado, 2007, Delgado, 2008, e Delgado, 2011), são quase inexistentes os estudos que versem sobre esta matéria, merecendo por isso particular destaque os trabalhos de Cardoso, 2010, Martins, 2005, Pinto, 2008 e Tribuna & Relvas, 2002.

O Relatório do Instituto da Segurança Social (2011) faz a caracterização das crianças e jovens em situação de Acolhimento. Em 2010, encontravam-se acolhidas 9136 crianças, a maioria das quais (7191) com o acolhimento iniciado antes daquele ano. Das 1945 crianças que iniciaram o acolhimento em 2011, apenas 600 foram desinstitucionalizadas no decurso do mesmo ano.

O sistema continua a revelar os seguintes traços: elevado número de crianças acolhidas, baixa mobilidade, uma vez que poucas crianças cessam o acolhimento, um contínuo movimento de desinstitucionalização, uma vez que entram menos crianças no sistema do que as que saem, e uma longa permanência, que se reflete numa média de permanência em acolhimento familiar de 6 anos e de 4 anos em lar de infância e juventude. Em suma, estão menos crianças acolhidas do que nos anos anteriores e é menor o número de crianças que inicia o acolhimento (menos 242 do que em 2009). Cerca de 62% dos jovens tem mais de 12 anos, uma parte significativa tem problemas de comportamento e apresenta níveis elevados de insucesso escolar. O Porto destaca-se como o distrito com o maior número de crianças acolhidas em todo o país. A esta descrição, soma-se o aumento das crianças colocadas em instituição e a diminuição significativa da expressão do Acolhimento Familiar no sistema.

Relativamente à resposta de Acolhimento, encontravam-se acolhidas em 2010 um total de 5954 crianças em lares de infância e juventude, 553 em famílias de acolhimento e 2209 em Centros de Acolhimento Temporário, distribuindo-se as restantes crianças por outras respostas

pouco expressivas. Em suma, estamos face a um sistema de proteção monocentrado numa medida de colocação, o acolhimento em instituição, que acolhe cerca de 94% das crianças, tendência que se tem acentuado nos últimos anos e que revela um panorama que não tem paralelo nos restantes países da União Europeia (Eurochild, 2010).

Sobre o estado da arte, pode-se afirmar que, lentamente, começaram a surgir em Portugal pequenos sinais de mudança, para além dos já mencionados. O Acolhimento Familiar é objeto de alguma atenção da parte da comunicação social. O discurso político atual aposta claramente na redução do número de crianças institucionalizadas, acompanhando a crescente sensibilidade social para a problemática da infância e da juventude, para o risco e para os maus-tratos que se lhe associam, e para a imperiosa necessidade de se apostar numa prática efetiva de proteção das crianças e dos jovens, de modo a garantir o seu adequado desenvolvimento.

Até à data, não foi todavia desenvolvido um estudo de âmbito nacional, se excluirmos os estudos de caracterização das crianças acolhidas e dos acolhedores (IDS/CNPCJR, 2002a e IDS/CNPCJR, 2002b) que não chegaram a ser publicados e que se encontram, no presente, necessariamente desatualizados. A realização deste projeto, inserido no âmbito de atuação do INED, o Centro de Investigação e Inovação em Educação, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, permitirá compreender, na área geográfica em estudo, os traços essenciais da medida, a sua expressão quantitativa, os atores que mobiliza, as diferentes fases e processos das colocações, o grau de satisfação que a experiência proporciona aos acolhedores e quais as implicações que a colocação acarreta para o desenvolvimento das crianças abrangidas.

Plano e métodos

Esta pesquisa tem como objetivo geral caracterizar e analisar as situações de Acolhimento Familiar existentes no Porto, distrito que, em 2011, representava cerca de 52% das colocações familiares de crianças em Portugal (Instituto da Segurança Social, 2011). Procura ainda determinar se o Acolhimento Familiar constitui um contexto adequado para o desenvolvimento das crianças acolhidas e identificar um conjunto de vetores que estabeleçam critérios de qualidade para a sua implementação.

Este estudo adapta à realidade portuguesa a investigação desenvolvida por Del Valle, López, Montserrat e Bravo intitulado *El Acogimiento Familiar en España. Una evaluación de resultados* (Del Valle, López, Montserrat & Bravo, 2008). Metodologicamente, os dados serão recolhidos com a aplicação de uma grelha a partir dos *dossiers* das Equipas de Acolhimento da Segurança Social no distrito do Porto. A recolha será complementada pela realização de entrevistas presenciais e individuais com os acolhedores nas suas casas, e pela realização de entrevistas de grupo com um pequeno número de crianças acolhidas. Todos os dados serão tratados e publicitados com a garantia e o compromisso de proteção do anonimato dos diferentes participantes no estudo.

Os dados recolhidos serão analisados procurando critérios de qualidade que aperfeiçoem a implementação da medida e o crescimento da sua expressão, de modo a diminuir o número de crianças acolhidas em instituição e a aproximar os programas de colocação de crianças em perigo do padrão existente nos países ocidentais (Eurochild, 2010).

Os objetivos específicos do estudo são, deste modo, descrever detalhadamente o perfil dos protagonistas diretos da medida, determinar as diferentes fases e processos de cada colocação, analisar o grau de satisfação dos acolhedores com a experiência, analisar o grau de satisfação das crianças acolhidas com a experiência, analisar os percursos educativos das crianças em acolhimento familiar e averiguar de que forma o Acolhimento Familiar prolongado pode garantir a segurança e a permanência desejada às crianças acolhidas. A interpretação dos dados e a sua discussão será enquadrada pela Lei sobre o Acolhimento Familiar em Portugal, publicada no início de 2008 (Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro), de modo a refletir e questionar o impacto da sua aplicação.

Metodologicamente, os dados serão recolhidos pelos membros das Equipas de Acolhimento da Segurança Social no distrito do Porto, responsáveis pelo acompanhamento das colocações, a partir dos *dossiers* respeitantes a todas as crianças acolhidas em maio de 2011, num total de 289. O levantamento dos dados será completado com a realização de entrevistas a um grupo de famílias de acolhimento, procurando determinar e conhecer o itinerário de proteção das crianças acolhidas e os reflexos, positivos ou negativos, do acolhimento na dinâmica familiar. Recorrer-se-á deste modo a uma metodologia

mista, consubstanciando uma abordagem descritiva e interpretativa articulada com a análise quantitativa, através da análise documental, do preenchimento de uma grelha por cada colocação (questionário) e da realização de entrevistas individuais e de grupo.

Serão abrangidos os casos de acolhimento familiar no âmbito de um processo de promoção e proteção, isto é, na sequência de uma intervenção administrativa ou judicial planificada. Excluir-se-ão deste modo as situações de acolhimento familiar de facto (sem tutela ou intervenção de uma entidade pública de enquadramento) e a colocação familiar tendo em vista a adoção.

A evolução das crianças no contexto do acolhimento será analisada de diferentes formas, de um ponto de vista diacrónico. Desde logo na grelha para a recolha dos dados no *dossier* de cada criança acolhida, que contém várias perguntas que comparam a situação da criança no momento do início do acolhimento com a situação atual. Esta perspetiva evolutiva é recolhida a partir da triangulação de pontos de vista dos principais protagonistas da colocação: os técnicos da Equipa de Acolhimento, os acolhedores e as próprias crianças acolhidas. As entrevistas serão uma peça essencial no processo de recolha de dados porque pretendem ser um tempo de reflexão e um olhar retrospectivo sobre o passado e uma previsão sobre o futuro e sobre o sentimento de pertença e de segurança que o acolhimento eventualmente possa oferecer. Permitirão ainda preencher lacunas que tenham sido hipoteticamente detetadas no preenchimento da grelha.

A recolha de dados será realizada a partir dos *dossiers* de cada caso por intermédio da aplicação de uma grelha baseada no instrumento utilizado no estudo do GIFI anteriormente referido, com os seguintes parâmetros: dados básicos das crianças, situação escolar, saúde, itinerário de proteção, contexto da família de origem, projeto de vida da criança acolhida, contactos com a família de origem, dados sobre os acolhedores, acompanhamento do acolhimento e evolução e avaliação da criança.

A mera utilização da grelha não permite obter dados substanciais ou de maior profundidade. Por essa razão, pretendemos realizar entrevistas presenciais aos acolhedores e às crianças acolhidas. A meta é entrevistar um quarto das famílias de acolhimento integradas na fase anterior. O guião da entrevista (semiestruturada) abordará as seguintes áreas: processo de acolhimento, contactos com a família de origem, perspetivas de permanência, evolução das crianças durante o

acolhimento, percursos educativos das crianças acolhidas, resultados do acolhimento e grau de satisfação com a experiência.

No caso das crianças, serão realizadas duas entrevistas de grupo, com os mesmos participantes que serão crianças com a idade e a maturidade necessárias para expressar livremente a sua opinião sobre a experiência do acolhimento, os seus aspetos positivos e negativos, abordando processos e algumas das questões mais controversas. Entre estas, podemos referir os contactos com a família de origem, a permanência e o fim da estadia, a transição para a autonomia, a relação com os acolhedores, o percurso escolar, ou a remuneração dos acolhedores. O objetivo essencial é dar voz ao protagonista da medida, escutar as suas opiniões e as suas propostas numa conversa aberta e fluída e que se repete num segundo encontro para permitir vencer receios ou um sentimento de menor à vontade pelo desconhecimento dos participantes na entrevista.

Por fim procurar-se-á analisar o grau de sobrecarga do acolhedor, por intermédio da utilização da Escala de Sobrecarga do Cuidador (Caregiver Burden Interview, de Zarit, Reever e Bach-Peterson, 1980), testado e aplicado no estudo desenvolvido por Del Valle, López, Montserrat & Bravo (2008).

A Pedagogia Social e o Acolhimento Familiar. Considerações finais

O objetivo essencial do Acolhimento Familiar, enquanto medida de proteção das crianças em perigo é afastá-las do perigo, garantir a sua recuperação física e psicológica e “proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral (alínea b) do art.º 34.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). São estes os critérios que determinam o sucesso da medida e são estas as dimensões que nos propomos analisar no projeto que pretendemos levar a cabo no INED.

Saber de que modo o Acolhimento Familiar constitui um contexto adequado para o desenvolvimento das crianças acolhidas é uma interrogação que não tem uma resposta rápida, e muito menos fácil, atendendo ao número de variáveis envolvidas. Refira-se a título de exemplo a questão do contacto com a família de origem, com tantos reflexos no decurso do acolhimento. Procuraremos responder àque-

la pergunta, em cada um dos casos analisados, combinando critérios mais objetivos (nomeadamente os referentes à integração e ao comportamento escolar ou à saúde da criança acolhida) com critérios de natureza qualitativa, que evidenciem a evolução que a criança demonstrou durante a colocação, na opinião necessariamente subjetiva mas por isso mesmo rica e profícua dos principais atores do Acolhimento Familiar.

O educador social é um agente de mudança na sociedade, o Acolhimento Familiar é um meio ou uma oportunidade de mudança da vida das crianças e das famílias nas suas comunidades. Requer de quem intervém, segundo Brandon, Schofield & Trinder (1998), conhecimento (quadro legal, teorias sobre o desenvolvimento da criança, de diferentes métodos de trabalho, de si próprio e da sua profissão), competências (de comunicação, de negociação, de sensibilidade mas sem vulnerabilidade, de manutenção do relacionamento apesar das dificuldades, de promoção da participação) e valores (o direito das crianças ao cuidado e à proteção e o direito a serem tratadas e escutadas como pessoas), que acrescentem à legitimidade institucional uma legitimidade de competência, assente na reflexão científica, na mediação cultural e em princípios éticos socialmente comprometidos.

Princípios fundamentais para a Pedagogia Social como o respeito pela dignidade e privacidade do ser humano, a liberdade na sua autodeterminação, a participação, a educabilidade e a proximidade (Baptista), são comuns ao Acolhimento Familiar, numa dupla aceção: na finalidade da intervenção e na forma como opera a relação com a criança e a sua família, quer no modo como seleciona, forma e apoia as situações de acolhimento. No fundo, contribuem ambas para definir os modos como uma sociedade educa as suas crianças para a relação com o outro, seja o outro um conteúdo, uma pessoa ou um contexto social (García, 2003), num trabalho conjunto de aquisição de saber, de promoção do desenvolvimento pessoal e da cidadania.

Referências bibliográficas

- Amorós, P., Palacios, J., Fuentes, N., León, E., & Mesas, A. (2003). *Familias Canguro. Una experiencia de protección a la infancia*. Barcelona: Fundación “La Caixa”.
- Amorós, P., & Palacios, J. (2004). *Acogimiento Familiar*. Madrid: Alianza Editorial.
- Beek, M., & Schofield, G. (2004). *Providing a secure base in long-term Foster Care*. London: BAAF.

- Brandon, M., Schofield, G., & Trinder, L. (1998). *Social Work with children*. London: Macmillan.
- Cairns, K. (2006). *Attachment, trauma and resilience: therapeutic caring for children*. London: BAAF.
- Cardoso, L. (2010). *Contextos de Colocação para Crianças em Perigo dos 0 aos 3 Anos de Idade: Elementos para uma análise*. Dissertação de mestrado não publicada, IS-CET, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Cleaver, H. (1999). Contact: the social worker's experience. In M. Hill (Edt.), *Signposts in Fostering. Policy, practice and research issues* (pp. 252-262). London: BAAF.
- David, M. (2000) (Dir.). *Enfants, parents, famille d'accueil. Un dispositif de soins: l'accueil familial permanent*. Ramonville Saint-Agne: Èrès.
- Delgado, P. (2007). *Acolhimento Familiar. Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2008). *Crianças e acolhedores. Histórias de vida em famílias*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2010). O Acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, vol. 22, n.º 2, maio/agosto, pp. 336-344.
- Delgado, P. (2011). *Acolhimento Familiar de Crianças. Uma perspectiva ecológica*. Porto: Profedições.
- Del Valle, J. López, M., Montserrat, C., & Bravo, A. (2008). *El Acogimiento Familiar en España. Una evaluación de resultados*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.
- Eurochild (2010). *Children in alternative care – National Surveys*. Bruxelas: Eurochild.
- García, J. (2003). *Dar (la) palabra. Deseo, don y ética en educación social*. Barcelona: Gedisa.
- IDS/CNPCJR (2002a). *Crianças e jovens em Acolhimento Familiar. Caracterização sociográfica e percursos de vida*. Lisboa: documento fotocopiado.
- IDS/CNPCJR (2002b). *Famílias de Acolhimento. Características, motivações e enquadramento institucional*. Lisboa: documento fotocopiado.
- Instituto da Segurança Social (2011). *Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2010*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Martins, P. (2005). O Acolhimento Familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado. *Revista Infância e Juventude*, n.º 4, 63-84.
- Neil, E. e Howe, D. (2004). Conclusions: a transactional model for thinking about contact. In E. Neil & D. Howe (Edts.), *Contact in Adoption and permanent Foster Care* (pp. 224-254). London: BAAF.
- Pinto, V. (2008). *Critérios para selecção e formação de famílias de acolhimento*. Dissertação de mestrado não publicada. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Schofield, G., Beek, M., Sargent, K., & Thoburn, J. (2000). *Growing up in foster care*. London: BAAF.
- Schofield, G., & Beek, M. (2006). *Attachment handbook for foster care and adoption*. London: BAAF.
- Schofield, G., & Stevenson, O. (2009). Contact and relationships between fostered children and their families. In G. Schofield & J. Simmonds (Edts.), *The child placement handbook* (pp. 178-202). London: BAAF.

- Sellick, C., Thoburn, J., & Philpot, T. (2004). *What works in adoption and foster care?* Ilford: Barnardo's.
- Sinclair, I., Gibbs, I., & Wilson, K. (2004). *Foster Carers. Why they stay and why they leave.* London: Jessica Kingsley Publishers.
- Sinclair, I. (2005). *Fostering Now. Messages from research.* London: Jessica Kingsley Publishers.
- Sinclair, I., Wilson, K., & Gibbs, I. (2005). *Foster Placements. Why they succeed and why they fail.* London: Jessica Kingsley Publishers.
- Triseliotis, J., Borland, M., & Hill, M. (2000). *Delivering Foster Care.* London: BAAF.
- Triseliotis, J. (2010). Contact between looked after children and their parents: a level playing field. *Adoption & Fostering, vol. 34*, 59-66.
- Tribuna, F., & Relvas, A. (2002). Famílias de acolhimento e vinculação na adolescência. In A. Relvas & M. Alarcão (Coord.), *Novas formas de família* (pp. 53-120). Quarteto: Coimbra.
- Waterhouse, S. (1999). How foster carers view contact. In M. Hill (Edt.), *Signposts in Fostering. Policy, practice and research issues* (pp. 215-226). London: BAAF.